

BOLETIM 785

Brasília, 9 de maio de 2019

Produção industrial cai em 9 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE

Nove dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram queda na produção industrial. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgada nesta quarta-feira (8), no Rio de Janeiro, os recuos mais intensos ocorreram no Pará (-11,3%) e na Bahia (-10,1%).

Também tiveram queda na produção Mato Grosso (-6,6%), Pernambuco (-6%), Minas Gerais (-2,2%), Ceará (-1,7%), São Paulo (-1,3%) e Amazonas (-0,5%).

A Região Nordeste, única pesquisada de forma conjunta, teve redução de 7,5%. Com isso, a produção nacional fechou com redução de 1,3%, conforme divulgado na semana passada.

Por outro lado, seis locais tiveram alta na produção: Espírito Santo (3,6%), Rio de Janeiro (2,9%), Goiás (2,3%), Paraná (1,5%), Santa Catarina (1,2%) e Rio Grande do Sul (1%).

Na comparação com março do ano passado, 12 locais apresentaram queda, com destaque para Pará (-12,5%) e Mato Grosso (-12,3%). Dos três locais com alta, o melhor resultado foi obtido pelo Rio Grande do Sul (3,4%).

No acumulado do ano, dez locais tiveram queda na produção. A maior delas foi no Espírito Santo (-8,5%). Dos cinco locais com alta, o principal crescimento deu-se no Paraná (7,8%).

Fonte: Agência Brasil



Maioria contra reforma

Cerca de dois terços da população ainda desconhecem as armadilhas da proposta de "reforma" da Previdência do governo Bolsonaro. Pesquisa encomendada pela CNI, divulgada nesta quarta (8) – com a hashtag #NovaPrevidência, em apoio à medida – mostra que 36% dos entrevistados afirmam ter conhecimento amplo ou conhecer os principais pontos das mudanças pretendidas.

Outro dado relevante é que a maioria esmagadora dos brasileiros (80%) disse que a aposentadoria deveria ocorrer até os 60 anos – e não acima, como prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6, que tramita na Câmara. Na proposta do governo Bolsonaro, a idade mínima é de 65 anos para homens e de 62 para mulheres.

O caráter solidário do sistema de Previdência também é defendido por ampla maioria: 77% dos brasileiros acreditam que é dever da sociedade garantir um salário mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive àqueles que nunca contribuíram para a Previdência.

Pela proposta do governo, o Benefício de Prestação Continuada (BCP), que paga um salário mínimo a idosos a partir dos 65 anos que não conseguiram contribuir, teria o seu valor reduzido de um salário mínimo para R\$ 400. O mínimo integral só seria alcançado aos 70 anos.

Fonte: Rede Brasil Atual

"Nova" Previdência indica desconhecimento ou má-fé do governo Bolsonaro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, abriu a série de audiências públicas na comissão especial da Reforma da Previdência nesta quarta-feira (8). Após o debate realizado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que acabou em briga depois de Guedes ter se sentido ofendido ao ouvir que agia como “tchutchuca” com bancos e como “tigrão” com a população pobre, o ministro retornou à Casa para defender sua proposta de alteração nas regras previdenciárias. Desta vez, Guedes não economizou adjetivos e afirmou que o sistema previdenciário brasileiro está quebrado.

“A velha Previdência é um regime condenado à falência”, disse Guedes ao começar sua fala. “Há 50 milhões de brasileiros que não contribuem para a Previdência e eles envelhecerão. E [essa] é a garantia de quebra da velha Previdência”, disse.

O ministro afirmou ainda que o atual sistema é uma “fábrica de privilégios”, em que os mais ricos são mais favorecidos do que os mais pobres. Segundo ele, campanha publicitária dos opositores da reforma esconde isso.

Depois de Guedes, foi a vez do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, fazer a defesa do texto. Marinho afirmou que os pilares da famigerada Reforma da Previdência são o combate aos privilégios e a busca da equidade.

Marinho disse ainda que, se aprovada neste ano, a reforma poderá levar a um crescimento da economia estimado em 2,9%. Sem isso, destaca Marinho, a variação do Produto Interno Bruto (PIB),



soma dos bens e serviços produzidos no país em um ano, poderá ser de apenas 0,8%. No futuro, sem as mudanças nas aposentadorias e pensões, o cenário é de encolhimento da economia a partir de 2021.

Após ouvir os argumentos do governo, a líder da Minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), criticou a proposta do governo Bolsonaro.

“Se não há desconhecimento e não há má-fé, nós precisaríamos interpretar este projeto do governo como um projeto claro de eliminação da Previdência pública brasileira. É uma mentira atrás da outra. Por que não dizem que a reforma é para privatizar a Previdência Social? Decretar que o atual sistema está falido é uma decretação de quem não o conhece ou, de fato, aponta para um projeto claro de capitalização”, questionou.

Para a parlamentar, a proposta do governo deixa o cidadão a própria sorte. “A substituição proposta pelo governo é dizer o seguinte: vai cidadão, sozinho, lá para o banco, resolver sua vida. Poupe o que puder, quando puder. Você que se vire. E lá na frente, se não for possível bancar seu salário mínimo, o governo entra. E o que diz à sociedade em suas propagandas? Estamos acabando com os privilégios. Não é verdade”, destacou Jandira.

Como opções para estimular o crescimento, Jandira Feghali defendeu a discussão de outros



temas, como reforma tributária e revisão do pacto federativo.

Outro ponto criticado na audiência com Guedes está relacionado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), “não é possível que a base e a Oposição não consigam chegar a um acordo sobre o BPC”.

De acordo com a regra do governo Bolsonaro, idosos sem meios de se sustentar terão de aguardar até os 70 anos para receber integralmente o Benefício de Prestação Continuada. Atualmente, o benefício, no valor de um salário mínimo, é pago mensalmente à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de se sustentar, e nem de ter auxílio da família.

O governo propõe o pagamento de um valor menor, de R\$ 400, a partir dos 60 anos de idade. Se o idoso não tiver o tempo mínimo de contribuição para se aposentar pelo regime geral ao atingir 65 anos, ele continuará recebendo R\$ 400 até completar 70 anos. A partir dos 70 anos passaria a receber um salário mínimo.

O tema também é alvo de críticas de partidos aliados. Ao menos 13 partidos que se disseram favoráveis à PEC 6/2019 já se manifestaram contra a regra. Apesar de manter o discurso da aprovação do texto integral, o governo já estuda a alteração para conseguir avançar com a proposta.

Fonte: Portal Vermelho

Centrais sindicais vão engrossar greve nacional da educação, dia 15

As centrais sindicais vão engrossar as mobilizações dos estudantes, professores e trabalhadores da educação no atos marcados para o próximo dia 15 de maio, greve nacional da educação.

A decisão foi tomada em reunião nesta quarta-feira (8), que reuniu representantes da CUT, Força, UGT, CTB, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Nova Central e CSB. Para os sindicalistas, a mobilização dos educadores contra os cortes de 30% das verbas do setor, será um aquecimento para a greve geral dos trabalhadores contra a reforma da Previdência, marcada para o dia 14 de junho.

As centrais farão assembleias, atos, mobilizações, panfletagens nas praças, nos locais de trabalho, nas ruas da cidade, com objetivo de explicar o que a reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro impactará na vida da classe trabalhadora e dialogar com a população sobre o dia 14 de junho.

Balanço do 1º de Maio - Além de definir os próximos passos da luta, a reunião das centrais também fez um balanço sobre o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

"O clima era de fraternidade entre a direção das centrais, mas também por toda militância presente no 1º de maio deste ano e conseguimos colocar nossa agenda de luta na imprensa como um todo", disse Sergio Nobre.

Fonte: Brasil247



Aprovado projeto que estende regra de reajuste do salário mínimo até 2023

O projeto de lei do Senado que estende até 2023 as regras usadas atualmente para o cálculo do salário mínimo foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nesta quarta-feira (8). De acordo com o PLS 416/2018, a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB verificada dois anos antes.

O texto recebeu uma emenda do relator, senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar propôs o acréscimo de um ano no prazo de vigência da Lei 12.382, de 2011. O texto original previa que as regras vigessem até 2022. Com a emenda esse prazo foi estendido até 31 de dezembro de 2023.

A justificativa e Paim foi “manter os efeitos e outras disposições da lei durante esse novo ciclo de valorização remuneratória do povo brasileiro”.

O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor (Lei 13.152, de 2015) só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Sem a prorrogação do prazo, a partir de 2020, o Poder Executivo fica livre para definir se haverá e de quanto será o reajuste, como já o fez no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, em que prevê a correção do mínimo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com valor estimado em R\$ 1.040.

O projeto, do ex-senador Lindbergh Farias, traz duas novidades em relação à política em vigor. O texto assegura um aumento de real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa. Além disso, estende as regras de reajuste a

todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). É o caso de aposentadorias, auxílios (doença, acidente e reclusão), salário-maternidade, salário-família e pensões por morte.

Inflação - O PLS 416/2018 adota o INPC para o cálculo da inflação. Caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixe de divulgar o indicador em um ou mais meses, cabe ao Poder Executivo estimar o percentual dos períodos não disponíveis. Também cabe ao Palácio do Planalto informar a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo.

Fonte: Agência Senado

Bolsonaro extingue mais de 50 conselhos e colegiados

Os 55 conselhos e colegiados criados em governos anteriores foram extintos por Bolsonaro. Na lista está o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho, que fazia promovia debates entre os setores empresarial e sindical com o Palácio do Planalto desde 2003. Estruturas criadas para abrir canais de diálogo com a sociedade, como o Fórum de Emprego, Trabalho e de Previdência Social, também foram extintas.

A reportagem do jornal Folha de S. Paulo destaca que "em abril, Bolsonaro publicou medida que extinguiu a partir de 28 de junho todos os conselhos da administração direta ou indireta. A iniciativa no entanto, estabelecia a necessidade de que a extinção de cada estrutura fosse detalhada em novos decretos até agosto para ser efetuada. A medida desta quarta-feira (8) é a primeira de uma série de decretos que devem ser publicados nos próximos meses. Segundo a Casa Civil, o objetivo é dar transparência à decisão."

Fonte: Brasil247



Banco Central mantém juros básicos da economia

Pela nona vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

A Selic é o principal instrumento do BC para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador fechou em 4,58% no acumulado de 12 meses. O índice subiu pressionado por alimentos e transportes. O IPCA de abril só será divulgado em 10 de maio.

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu meta de inflação de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75% neste ano nem ficar abaixo de 2,75%. A meta para 2020 foi fixada em 4%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Fonte: Agência Brasil

TRF decide mandar Temer de volta para prisão

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região cassou nesta quarta-feira por 2 votos a 1 o habeas corpus que beneficiava o ex-presidente Michel Temer e determinou que ele volte à prisão.

O tribunal também cassou o habeas corpus que beneficiava o ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, amigo pessoal de Temer.

Temer e Lima haviam sido presos em março no âmbito da operação Descontaminação, que apura desvios de recursos na Eletronuclear e solto poucos dias depois, graças ao habeas corpus agora cassado.

Fonte: Brasil247

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS